



CONGRESSO

LOCAL: POLITÉCNICO DE SETÚBAL 30 E 31 MAIO

Intervenção Paulo Taborda

Camaradas:

A prestação de cuidados de saúde aos cidadãos, enquanto responsabilidade do Estado, surge em Portugal como resultado da Revolução iniciada em 25 de Abril de 1974 e é vertida em Lei em 1979, com a criação do Serviço Nacional de Saúde.

Apesar dos ataques de que foi alvo desde o início, o desenvolvimento do SNS, aliado aos amplos investimentos feitos pelas autarquias locais na rede pública de água e saneamento, é o principal responsável pela melhoria espectacular que os nossos indicadores de saúde sofreram desde aquela data.

De facto, passamos de uma das piores taxas de mortalidade infantil da Europa, para a quinta melhor em termos mundiais, com uma taxa de 4,8 mortes por mil nascimentos e a nossa esperança média de vida cresceu quase vinte anos.

Apesar das inúmeras deficiências que apresenta, nomeadamente a nível do acesso, o nosso SNS tornou-se, em apenas 20 anos, no décimo segundo melhor de todo o Mundo, segundo um estudo feito pela Organização Mundial de Saúde no ano 2000.

Para estes resultados contribuíram ainda decisivamente o sistema de carreiras dos profissionais de saúde, o qual começou a ser construído em finais dos anos 60, com a implementação da reforma das carreiras médicas e foi concluído em 1980 (independentemente das reestruturações que ocorreram posteriormente em todas elas) com a criação da Carreira dos Serviços Gerais da Saúde.

Perante todo este quadro era de esperar que os nossos sucessivos Governos tudo fizessem para aprofundar, acarinhar e desenvolver o nosso Serviço Nacional de Saúde e as carreiras dos seus profissionais.

Mas o que tem acontecido é exactamente o contrário.

O apetite dos grandes grupos económicos é voraz e os sucessivos Governos, desde o tempo da Ministra Leonor Beleza têm dado todas as condições para isso.

De facto, desde a sua criação que o SNS tem sofrido os maiores ataques e, com o actual Governo está a ser alvo de uma tentativa de desarticulação.

Essa tentativa de desarticulação está a ser feita em 3 níveis: a escassez de profissionais qualificados; o encerramento de serviços e a degradação das condições de trabalho.

Quanto ao primeiro aspecto, a escassez de profissionais qualificados, ela é particularmente gritante a nível da formação de médicos.



CONGRESSO

LOCAL: POLITÉCNICO DE SETÚBAL 30 E 31 MAIO

É sabido desde 1998, que até 2010 65% dos médicos entravam na idade de aposentação ou, pelo menos atingiam a idade de não poderem prestar trabalho em serviços de urgência. (Esse limite passou para 2015, em virtude das mudanças nas regras de aposentação). Mas nada se fez!

O ritmo a que estamos a formar médicos não dá para repor os que vão saindo e, muitos dos encerramentos de serviços que se têm verificado devem-se a não existirem profissionais qualificados para os manter a funcionar com qualidade.

A falta de Enfermeiros, com especial destaque para os Cuidados de Saúde Primários, é também gritante. Nesta área, existe muita formação, mas de qualidade muito duvidosa para a prestação de cuidados aos utentes, nomeadamente a que é feita em escolas privadas que proliferam como cogumelos.

A falta de outros Técnicos de Saúde (Técnicos Superiores de Saúde e de Diagnóstico e Terapêutica) é também grande e estas foram áreas às quais nunca foi reconhecido o seu papel na prestação de cuidados.

A área administrativa sofre cada vez mais de uma política que, quando atribuiu quotas de descongelamento, raramente contemplou esta carreira profissional. É exigido cada vez mais trabalho a cada vez menos profissionais.

A carreira dos Serviços Gerais da Saúde teve, desde 1980 um desenvolvimento notável mas sofre neste momento um ataque demolidor para ser extinta e vê muitas das suas áreas alvo de privatização, para além de, também, se verificar que o número dos seus profissionais, na esmagadora maioria dos serviços não corresponde às necessidades, para a prestação de um serviço de qualidade.

Quanto ao segundo aspecto, o encerramento de serviços, ele foi particularmente evidente, na primeira parte no mandato do actual Governo.

Encerramento de Blocos de Parto, de Serviços de Atendimento Permanente, de Urgências Hospitalares, de Extensões de Centros de Saúde, de Consultas de Especialidade e a privatização da rede de cuidados continuados são tudo exemplos da mesma política de desarticulação.

Não está em causa as razões que levaram à tomada destas medidas. Estes encerramentos baseiam-se muitas vezes em critérios técnicos dificilmente escamoteáveis. Só que nada foi feito para os ultrapassar nem para os evitar.

Não basta dizer-se que um Bloco de Partos não oferece condições de segurança se anualmente não fizer, pelo menos, 1500 partos, quando nada se faz no nosso país para promover a natalidade e quando a razão real que determina o encerramento é não existir o número de médicos da especialidade que permita continuarem a funcionar.

É que, se a regra fosse aplicada a todos os blocos de partos, fechavam quase todos, para já não falarmos dos blocos das clínicas e hospitais privados, em que nenhum cumpre o mínimo.



CONGRESSO

LOCAL: POLITÉCNICO DE SETÚBAL 30 E 31 MAIO

O mesmo se pode dizer das urgências hospitalares e dos SAP's. Não está em causa se eram muitos ou poucos, se serviam ou não, se tinham o número de profissionais que deviam ter ou não, se resolviam ou só atrasavam na prestação dos cuidados necessários.

O que está em causa é que eram os únicos que serviam determinadas populações e que lhes davam, ainda que muitas vezes erradamente, uma sensação de segurança.

O que o encerramento destes serviços fez, sem que primeiro fossem criadas e postas a funcionar as alternativas, foi por em causa a confiança das populações nos serviços de saúde e o acesso destas a estes.

Curioso é que, quase sempre que fecha um serviço público de saúde, abre nas imediações um serviço privado...

No que diz respeito ao terceiro aspecto, a degradação das condições de trabalho, ela manifesta-se por diversas formas.

Em primeiro lugar pelo índice de precariedade crescente e pela falta de profissionais que já referimos.

Mas também pelas condições objectivas de falta de material para o funcionamento dos serviços, de medicamentos que se pede para as famílias comprarem, de desarticulação no próprio funcionamento dos serviços quando medidas simples de simplificação esbarram numa incompatibilidade entre os sistemas informáticos utilizados, etc, etc.

Tudo isto se insere numa política de degradação para a privatização!

A falta de profissionais, o aumento desmesurado das taxas moderadoras, o encerramento de serviços e a degradação dos que subsistem, insere-se num objectivo último que é a privatização das prestação dos cuidados de saúde, mas que, num país como o nosso terá que continuar a ser pago pelo erário público.

O que os privados verdadeiramente querem não é que os serviços públicos de saúde sejam privatizados, pois quase ninguém teria dinheiro para os pagar. O que eles querem é prestar o serviço, ainda que dentro do SNS, desde que recebam os grandes lucros que isso lhes vai trazer.

Só que, se isto vier a acontecer, o passo seguinte não deixará de ser colocado como inevitável.

Quando detiverem o essencial da prestação de cuidados, terão a faca e o queijo na mão para imporem os seus preços e logo alguém virá dizer que é incomportável para o Estado e que a assistência terá de passar a ser feita por seguros de saúde e que o Estado só garantirá (de forma minimalista) a saúde dos indigentes.

Para terminar convém deixar aqui um alerta importante a todo o Movimento Sindical:



CONGRESSO

LOCAL: POLITÉCNICO DE SETÚBAL 30 E 31 MAIO

Se não queremos pactuar, ainda que involuntariamente, com o Governo e com os grupos económicos e se queremos contribuir decisivamente para manter e reforçar o Serviço Nacional de Saúde não podemos continuar a alinhar na lógica daqueles que o atacam.

Isto é temos que o valorizar e atacar a origem dos problemas que o afectam, nomeadamente a falta de profissionais, a falta de organização e a falta de gestores competentes.

Falar apenas das consequências disto (os atrasos, as listas de espera e as dificuldades de acesso) é contribuir para o seu descrédito e para a sua privatização.

E devíamos lançar um amplo movimento que se centrasse em dois objectivos essenciais, quanto à política de saúde:

- A formação urgente de profissionais em número suficiente para podermos manter serviços públicos de qualidade;
- A revogação das taxas ditas de moderadoras, medida essencial para incrementar o acesso aos serviços e cuidados de saúde, numa época de forte crise económica que afecta cada vez mais toda a população;

Se o não fizermos e se continuarmos entretidos no mero denunciar daquilo que funciona mais, alinhando objectivamente com aqueles que dizem que a culpa é dos profissionais, estamos a ser coniventes com aqueles que querem destruir o SNS e a contribuir para o seu fim.

VAMOS TODOS LUTAR POR UMA MELHOR SAÚDE

Viva o 9º Congresso da Federação